



JORNALISMO

Inteligência artificial e jornalismo público no Brasil: governação e inovação na EBC

Artificial Intelligence and Public Service Journalism in Brazil: Governance and Innovation at EBC

Inteligencia artificial y periodismo público en Brasil: gobernanza e innovación en la EBC

Fábio Giacomelli¹

orcid.org/0000-0003-3261-0041
fabio.o.giacomelli@uac.pt

Bárbara Biolchi²

orcid.org/0009-0008-3852-2775
barbara.biolchi@ubi.pt

Recebido em: 18 jan. 2026.

Aprovado em: 26 maio 2026.

Publicado em: 26 ago. 2026.

Resumo: Esta pesquisa analisa as percepções de jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) acerca da incorporação da inteligência artificial nas rotinas do jornalismo público, considerando os desafios que os processos de inovação colocam em contextos institucionais orientados pelo interesse coletivo. A partir de um inquérito exploratório aplicado a 31 profissionais, o estudo evidencia a coexistência de movimentos ambivalentes entre a necessidade de atualização tecnológica e a preservação dos valores cívicos que estruturam a comunicação pública. Os resultados revelam resistências de natureza simbólica, fortemente enraizadas na cultura organizacional da EBC, acentuadas pela inexistência de diretrizes institucionais claras para o uso da inteligência artificial. Em simultâneo, identificam-se margens de oportunidade associadas à utilização da tecnologia como instrumento de apoio às rotinas produtivas, com potencial para qualificar as práticas jornalísticas e ampliar o alcance social da empresa. A análise sustenta, por fim, a necessidade de desenvolver um modelo de governação da inovação de caráter crítico e participativo, compatível com a função pública da radiodifusão e informado por experiências internacionais que procuram articular eficiência tecnológica, transparência e responsabilidade editorial.

Palavras-chave: inteligência artificial; jornalismo público; comunicação pública; inovação; EBC.

Abstract: This article examines journalists' perceptions at Empresa Brasil de Comunicação (EBC) regarding the incorporation of artificial intelligence into public service journalism routines in Brazil. Drawing on an exploratory survey conducted with 31 professionals, the study highlights the coexistence of ambivalent dynamics between the demand for technological innovation and the preservation of civic values that underpin public communication. The findings reveal symbolic forms of resistance rooted in EBC's organizational culture, intensified by the absence of clear institutional guidelines governing the use of artificial intelligence. At the same time, the results point to opportunities for employing AI as a supportive tool for journalistic routines, particularly in operational tasks, with the potential to enhance professional practices and expand the organization's social reach. The analysis ultimately argues for the development of a critical and participatory model of innovation governance, compatible with the public service mission of broadcasting and informed by international experiences that seek to reconcile technological efficiency with editorial responsibility and transparency.

Keywords: artificial intelligence; public service journalism; public communication; innovation; EBC.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

Resumen: Este artículo analiza las percepciones de periodistas de la Empresa Brasil de Comunicación (EBC) sobre la incorporación de la inteligencia artificial en las rutinas del periodismo público en Brasil. A partir de una encuesta exploratoria aplicada a 31 profesionales, el estudio pone de manifiesto la coexistencia de dinámicas ambivalentes entre la necesidad de innovación tecnológica y la preservación de los valores cívicos que sustentan la comunicación pública.

¹ Universidade dos Açores (UAc), Ponta Delgada, Portugal.

² Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Portugal.

Los resultados evidencian resistencias de carácter simbólico, arraigadas en la cultura organizacional de la EBC y acentuadas por la ausencia de directrices institucionales claras para el uso de la inteligencia artificial. Al mismo tiempo, se identifican oportunidades asociadas al uso de esta tecnología como herramienta de apoyo a las rutinas productivas, con potencial para cualificar las prácticas periodísticas y ampliar el alcance social de la empresa. El análisis sostiene, finalmente, la necesidad de desarrollar un modelo de gobernanza de la innovación de carácter crítico y participativo, compatible con la función pública de la radiodifusión y atento a experiencias internacionales que buscan articular eficiencia tecnológica, transparencia y responsabilidad editorial.

Palabras clave: inteligencia artificial; periodismo público; comunicación pública; innovación; EBC.

1 INTRODUÇÃO

O uso de inteligência artificial (IA) nas rotinas jornalísticas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) evidencia tensões que decorrem menos das características técnicas da tecnologia e mais da ausência de diretrizes institucionais claras para a sua adoção. Inserida num contexto marcado por limitações estruturais, financeiras e culturais, a IA surge como mais um elemento num quadro de indefinições estratégicas que fragilizam os processos de inovação. Esta investigação se inscreve no debate em torno da popularização da inteligência artificial generativa (IAG) e dos grandes modelos de linguagem, intensificado após a disseminação de ferramentas como o ChatGPT. Os riscos associados a estas soluções, nomeadamente a opacidade algorítmica e a dependência de grandes plataformas tecnológicas, contrastam com a possibilidade de sistemas internos mais transparentes e controláveis, atualmente inviáveis para a EBC face às restrições orçamentais que enfrenta.

Neste estudo, a inteligência artificial é entendida como tecnologia de apoio ao jornalismo, com potencial para qualificar processos e renovar práticas, sem substituir o papel crítico e interpretativo do jornalista. Trata-se de uma ferramenta complementar, capaz de libertar os profissionais de tarefas repetitivas e de lhes permitir maior dedicação à análise, à contextualização e à investigação aprofundada (Galily, 2018; Canavilhas, 2025). A reflexão incide, assim, sobre a IA enquanto inovação em ato (Rossetti, 2013), com-

preendida como um processo contínuo, situado e relacional, que transforma procedimentos, amplia repertórios e reorganiza sentidos operacionais, simbólicos e institucionais no campo jornalístico.

Apesar de a difusão recente da IAG poder sugerir uma ruptura inédita, a automação no jornalismo não constitui um fenómeno novo. Desde a década de 1990, sobretudo no jornalismo esportivo, registram-se experiências com sistemas de geração automática de resumos e textos informativos (Dörr, 2016). Esse percurso evidencia que a incorporação da inteligência artificial nas rotinas jornalísticas resulta de um processo gradual, articulado com transformações mais amplas do ecossistema midiático. Ainda antes da chegada da IA, a própria evolução da produção jornalística já colocava em causa o ideal da cultura de massas orientada para a totalidade do público, revelando-se cada vez menos eficaz num contexto de crescente fragmentação das audiências (Mattelart, 1999).

A inexistência de diretrizes para a adoção de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, torna-se particularmente sensível no domínio da comunicação pública, cuja legitimidade assenta em princípios como o pluralismo, a diversidade e o interesse coletivo (Massuchin; Duarte, 2024). Essa sensibilidade é ampliada pela própria complexidade do conceito de comunicação pública, que envolve relações entre Estado, sociedade, mercado, imprensa e mídias digitais, além de se cruzar com a comunicação política e com a disputa em torno do interesse público (Weber; Locatelli, 2022). Ao contrário dos modelos estatal e comercial, a comunicação pública não se rege prioritariamente por lógicas privadas ou métricas de audiência. A sua orientação centra-se na função social dos meios de comunicação, preservando a autonomia face a pressões governamentais e económicas e assegurando uma programação crítica, diversa e promotora da qualificação do debate público (Monteiro, 2009; Liedtke; Curtinovi, 2016; Pieranti, 2018; Peruzzo, 2021).

No contexto brasileiro, a comunicação pública materializa-se, sobretudo, através da Empresa

Brasil de Comunicação (EBC). Criada em 2007 e responsável por plataformas como a TV Brasil, a Rádio Nacional, a Agência Brasil e serviços como o Canal Gov e Rádio Gov (responsável pelo programa *A Voz do Brasil*). A sua atuação deve ser lida à luz das tensões próprias da comunicação pública no país, sobretudo porque a presença comunicacional do Estado, ampliada pelos ambientes digitais, pode envolver simultaneamente prestação de serviços, publicização de informações, promoção institucional e comunicação governamental (Weber, 2007). Apesar do seu papel estratégico na promoção do interesse público, a EBC enfrenta constrangimentos estruturais persistentes, entre os quais se destacam a frequente troca nos postos de comando, a limitação de recursos, a fragilidade institucional e a dificuldade em consolidar uma cultura de inovação sustentada por um uso crítico e reflexivo de tecnologias emergentes (Orth; Soares, 2020).

Ainda assim, tomando como referência a proposta de Rossetti (2013), a adoção de sistemas de IA pode configurar uma oportunidade concreta para reorganizar as rotinas produtivas da EBC em pelo menos três dimensões de inovação. A primeira diz respeito à quantidade, associada ao aumento da capacidade de produção de conteúdos; a segunda relaciona-se com o tempo, mediante a otimização das etapas de apuração, edição e distribuição da informação; a terceira incide sobre a qualidade, com o reforço do apoio técnico e organizacional à prática jornalística. Não obstante, os próprios profissionais expressam receios de que a inovação tecnológica venha a reproduzir lógicas mercadológicas em detrimento da função social da comunicação pública. Tal preocupação exige abordagens críticas que reconheçam a IA não apenas como instrumento técnico, mas como fenômeno simbólico e organizacional, com impactos diretos na identidade profissional e nas rotinas institucionais.

A comunicação pública pode, assim, ser entendida como uma utopia normativa, não no sentido de um ideal inalcançável, mas como um horizonte de ação permanentemente em construção. Trata-se de um modelo orientado para a ampliação

da participação social, a gestão democrática e a partilha equitativa dos benefícios informacionais (Matos; Nobre, 2024). Essa concepção pressupõe um jornalismo comprometido com os interesses coletivos, capaz de os tornar acessíveis de forma clara e compreensível, sem confundir interesse público com lucro privado, e resistente tanto à concentração midiática como às lógicas excludentes do mercado.

Embora a literatura sobre inovação no setor público reconheça que a resistência à adoção de tecnologias emergentes está frequentemente associada à defesa de valores institucionais e ao receio de perda de autonomia profissional, essa dinâmica assume contornos específicos no contexto da EBC (Ferreira; Diniz, 2021). A estabilidade funcional dos seus profissionais, longe de constituir um obstáculo direto à inovação, revela-se um elemento determinante na forma como se processa a incorporação de novas tecnologias.

As resistências identificadas não se relacionam, em grande medida, com o medo da substituição laboral, mas com a preocupação de descaracterização do fazer jornalístico face a uma lógica automatizada que tende a reproduzir critérios mercadológicos frequentemente desalinhados com os princípios normativos do jornalismo de serviço público. Para além disso, os jornalistas manifestam inquietação perante a ausência de incentivos institucionais à formação em inovação jornalística e sublinham a necessidade de maior transparência por parte da direção da empresa quanto aos produtos e serviços que recorrem a IA. É igualmente salientada a importância de respeitar a recusa individual dos profissionais em utilizar essas ferramentas, sempre que assim o entendam.

O objetivo central deste artigo consiste em compreender de que forma se manifestam oportunidades e resistências culturais associadas à integração da IA nas rotinas jornalísticas da EBC, considerando os enquadramentos normativos e institucionais da comunicação pública brasileira. Para orientar a análise, foram formuladas três questões:

1. Quais são as principais resistências e receios manifestados pelos jornalistas da EBC em relação ao uso da IA no jornalismo público?
2. De que forma os profissionais percebem as potencialidades da IA para qualificar as suas rotinas produtivas?
3. Que implicações culturais e institucionais emergem desse processo, tendo em conta o papel da EBC como serviço público de mídia?

Importa referir que este estudo tem caráter exploratório e estrutura-se a partir da percepção autodeclarada de 31 jornalistas que aderiram voluntariamente ao inquérito. Não foram definidos critérios prévios de seleção quanto à literacia tecnológica, nem escolha de serviços de IA, razão pela qual os resultados devem ser lidos como indícios das disposições culturais da redação, e não como diagnóstico generalizável do grau de adoção tecnológica da EBC.

Busca-se, com isso, contribuir para o debate sobre inovação nos serviços públicos de comunicação, com particular ênfase na construção de uma cultura de inovação crítica, ética e situada, capaz de articular eficiência tecnológica, responsabilidade editorial e compromisso com o interesse público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inteligência artificial pode ser entendida, segundo Russell e Norvig (2013), como um campo da ciência da computação orientado para o desenvolvimento de sistemas capazes de resolver problemas de forma autônoma, com base em conhecimento prévio e em processos de aprendizagem. Para além dessa aceção enquanto domínio científico, a IA passou também a designar um conjunto de tecnologias aplicadas, associadas a sistemas computacionais que simulam determinadas capacidades humanas na execução de tarefas cognitivas (Vicente; Flores, 2021; Broussard *et al.*, 2019; Beckett; Yaseen, 2023).

Sem desconsiderar a diversidade de abordagens e subcampos que a integram, é possível distinguir, em termos operacionais, dois grandes

tipos de inteligência artificial: a IA tradicional e a inteligência artificial generativa (IAG). A primeira refere-se a modelos predominantemente preditivos, concebidos para identificar padrões em conjuntos de dados e executar funções específicas previamente definidas (Santaella; Kaufman, 2024). A IAG, por sua vez, caracteriza-se pela capacidade de produzir novos conteúdos a partir de grandes volumes de dados, incluindo texto, áudio e vídeo. É esse segundo tipo que assume particular relevância para a discussão desenvolvida neste trabalho, estando a sua popularização fortemente associada ao lançamento de ferramentas como o ChatGPT, em 2022, frequentemente apontado como um marco na difusão social da inteligência artificial (Newman *et al.*, 2023).

À medida que se registram avanços significativos na IAG e nos grandes modelos de linguagem, intensificam-se também as investigações sobre os impactos da IA no jornalismo (Ioscote; Gonçalves; Quadros, 2024). De um modo geral, a literatura descreve um cenário marcado pela experimentação tecnológica, sobretudo no setor privado, no qual a adoção da IA tende a ser associada a estratégias de inovação, ganhos de eficiência produtiva, automação de tarefas repetitivas e ampliação do alcance dos conteúdos jornalísticos (Santos; Ceron, 2022).

Importa sublinhar, contudo, que o uso de IA no jornalismo antecede largamente o recente impulso midiático associado ao ChatGPT. Desde a década de 1990 existem registros de experiências com automação de textos, ainda que seja a partir de 2007 que se observam iniciativas mais estruturadas de aplicação dessa tecnologia na produção de notícias, sobretudo nas áreas da economia e do desporto (Canavilhas, 2023). O desenvolvimento recente dos modelos de IAG ampliou de forma significativa esse quadro, permitindo que a IA seja hoje utilizada em praticamente todas as etapas do processo jornalístico, da apuração à distribuição de conteúdos informativos (Beckett; Yaseen, 2023).

A incorporação de sistemas de IA em tarefas anteriormente desempenhadas exclusivamente por jornalistas têm intensificado debates de

natureza ética e deontológica. Questões como a opacidade algorítmica, o enviesamento informativo (Diakopoulos *et al.*, 2024), a falta de transparência quanto ao uso dessas tecnologias (Canavilhas; Biolchi, 2024) e a possível erosão da centralidade do papel profissional do jornalista (Møller; Skovsgaard; De Vreese, 2024) figuram entre os principais riscos identificados. Acresce a dificuldade de assegurar que os sistemas de IA operem em consonância com valores normativos que historicamente sustentam o jornalismo, como a veracidade, a responsabilidade editorial e o interesse público (Gutiérrez-Caneda; Lindén; Vázquez-Herrero, 2024). Afinal, “o que está em causa não é apenas a introdução de ferramentas mais sofisticadas, mas uma reconfiguração de práticas, critérios editoriais e equilíbrios institucionais” (Canavilhas *et al.*, 2026, p. 9).

Esses desafios tornam-se ainda mais complexos no domínio do jornalismo público, em que a incorporação de tecnologias emergentes deve ser conciliada com a preservação da função social da comunicação e com compromissos normativos orientados para o interesse coletivo (Fieiras-Ceide; Vaz-Álvarez; Túñez-López, 2022). A comunicação pública situa-se num campo atravessado por tensões entre o direito à informação e transformações políticas, econômicas e tecnológicas permanentes. Nesse sentido, pode ser entendida como uma utopia normativa, não enquanto ideal abstrato, mas como horizonte regulador assente em princípios como a acessibilidade, a equidade informativa e a participação cidadã (Matos; Nobre, 2024).

A inteligência artificial deve ser situada no contexto mais amplo da chamada cultura dos dados, associada à sétima revolução cognitiva, o que coloca à comunicação pública o desafio de criar sistemas colaborativos entre agentes humanos e artificiais, orientados para a amplificação da inteligência coletiva e para a promoção do interesse público (Mattos, 2025).

Isso permite reposicionar as instituições públicas de comunicação como espaços dedicados ao bem comum, distinguindo-as tanto das lógicas de mercado como de agendas governamentais

contingentes. Ao refletir sobre políticas e usos responsáveis, torna-se pertinente questionar se a IA, no âmbito da comunicação pública, contribui efetivamente para o fortalecimento da esfera pública ou se tende a viabilizar práticas opacas e projetos restritos (Oliveira, 2025). A introdução da IA não deve, por isso, ser interpretada como uma ameaça intrínseca aos fundamentos do jornalismo, mas como uma tecnologia com potencial para reorganizar práticas, rotinas e fluxos produtivos.

Longe de substituir a mediação crítica exercida pelos jornalistas, a IA pode assumir um papel instrumental no apoio a tarefas mecânicas e repetitivas, na análise de grandes volumes de dados e na identificação de padrões informativos dificilmente detectáveis apenas por meios humanos (Cools; Diakopoulos, 2024). Ao automatizar processos como a produção de notícias estruturadas, a personalização da distribuição de conteúdos e o apoio à verificação de informação, a IA pode constituir uma resposta pragmática aos desafios colocados pela fragmentação das audiências e pela aceleração dos fluxos noticiosos (Lokot; Diakopoulos, 2016; Beckett; Yaseen, 2023; Canavilhas; Giacomelli, 2023; Vicente; Sotero; Flores, 2025). Ainda assim, no contexto do jornalismo público, a sua adoção exige salvaguardas institucionais e editoriais claras, capazes de garantir o respeito pela diversidade de vozes, pela integridade informativa e pela transparência dos processos decisórios (Túñez-López; Tourál-Bran; Valdiviezo-Abad, 2019; Rojas-Torrijos, 2019; Barceló-Ugarte; Pérez-Tornero; Vila-Fumàs, 2021).

2.1 IA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA VISÃO INTERNACIONAL

Antes de avançar para a análise do caso da EBC, torna-se relevante observar como outros serviços públicos de comunicação têm vindo a responder aos desafios e às possibilidades associados à incorporação da inteligência artificial. O objetivo não consiste em identificar modelos transferíveis de forma mecânica, mas em compreender de que modo diferentes contextos institucionais procuram articular inovação tecno-

lógica, responsabilidade social e compromisso normativo. Estudos comparativos indicam que organizações como a BBC, no Reino Unido, a Yle, na Finlândia, a SRG SSR, na Suíça, e a Bayerischer Rundfunk, na Alemanha, têm desenvolvido estratégias de integração da IA assentes em modelos de governação que privilegiam princípios de ética, responsabilidade editorial e inclusão (Jones; Jones, 2019; Porlezza; Pranteddu; Mazzoni, 2022).

Apesar das diferenças regulatórias e organizacionais, observa-se um esforço convergente no sentido de evitar que a adoção tecnológica fragilize a missão pública do jornalismo. No caso finlandês, por exemplo, a utilização de sistemas automatizados é acompanhada por supervisão editorial permanente, orientada pelo princípio do *human-in-the-loop*, no qual o jornalista mantém a autoridade final sobre os processos automatizados. Na Suíça, verifica-se uma postura mais cautelosa, baseada na combinação entre autorregulação ética e mecanismos contínuos de monitorização dos riscos associados à opacidade algorítmica e ao enviesamento dos sistemas.

A experiência da BBC assume particular relevância no debate internacional, não apenas pela centralidade histórica da organização no ecossistema dos serviços públicos de mídia, mas também pela forma como tem procurado estruturar políticas explícitas para o uso da inteligência artificial generativa. A análise desenvolvida por Malar e Saad (2025) evidencia uma posição relativamente homogênea da BBC entre 2023 e 2025, marcada pela definição da IA como ferramenta auxiliar ao trabalho jornalístico, ênfase na supervisão humana, centralidade da transparência junto ao público e formalização de procedimentos editoriais específicos para conteúdos apoiados por este tipo de tecnologia. Não se trata de afirmar que a supervisão humana esteja ausente noutros serviços públicos, incluindo a EBC, cujas produções jornalísticas passam por revisão editorial antes da publicação, mas de destacar que, no caso britânico, essa supervisão foi convertida em orientação pública e específica para o uso de IA. Os autores sublinham que, embora a BBC reconheça riscos éticos e

operacionais associados à IA generativa, o seu posicionamento tende a privilegiar uma narrativa de oportunidades, com menor aprofundamento crítico sobre dependências tecnológicas e impactos estruturais mais amplos.

No contexto brasileiro, Matos e Nobre (2024) propõem a criação de agentes comunicacionais públicos baseados em IA, designados "*bots do bem*", como estratégia para mitigar riscos associados à inteligência artificial generativa. Esses agentes seriam orientados para campanhas de interesse público, combate à desinformação e ampliação da participação social nos processos comunicacionais. A proposta procura reinscrever a IA numa teleologia democrática, reforçando a sua função cívica. Ainda assim, como assinala Moretti (2025), a discussão sobre agentes de comunicação pública baseados em IA não pode ignorar limites comunicacionais concretos, que vão desde o chamado vale do estranhamento até à necessidade de uma escuta sensível e contextualizada, reafirmando o caráter insubstituível da supervisão humana.

A emergência desses agentes técnicos coloca desafios diretos às concepções tradicionais de autoria, curadoria e responsabilidade editorial. A mediação algorítmica transfere parte das decisões jornalísticas para sistemas automatizados, frequentemente sem clareza quanto aos critérios subjacentes ou às instâncias efetivas de responsabilização (Broussard *et al.*, 2019; Tsamados *et al.*, 2022; Buarque; Miraglia, 2024). No caso da IAG, essa transferência de autoridade torna-se ainda mais sensível, dada a dependência de modelos proprietários desenvolvidos por grandes corporações tecnológicas externas ao perímetro da regulação pública. Tal cenário reforça a necessidade de distinguir entre sistemas internos, auditáveis e sujeitos a controle editorial, e soluções comerciais cuja lógica de funcionamento é condicionada por interesses de mercado e por assimetrias de poder próprias das *big techs*.

Esse quadro impõe à comunicação pública o desafio de preservar os seus referenciais normativos num ambiente marcado por incertezas tecnológicas e rápidas transformações organiza-

cionais. Como sublinham Beckett (2019) e Latar (2018), a legitimidade democrática do jornalismo não depende apenas da verificação factual, mas também da manutenção de um ecossistema comunicativo no qual a transparência tecnológica, a responsabilização ética e o controle editorial

constituam princípios estruturantes. É nesse horizonte que a análise comparativa internacional se revela particularmente útil para pensar os limites e as possibilidades da adoção da IA no jornalismo público brasileiro.

Quadro 1 – Estratégias de integração da inteligência artificial em empresas públicas de comunicação na Europa

País	Estratégia	Veículo	Foco da IA	Modelo de Governança
Suíça	"Wait and see", observar e adaptar	SRG SSR	Apoio à produção e distribuição	Autorregulação ética; acompanhamento internacional
Alemanha	Estratégia nacional de IA robusta, mas sem foco jornalístico	Baye-rischer Rund-funk	Personalização, transparência	Ética + regulação europeia
França	Regulação centralizada	France Télévi-sions	Acessibilidade e diversidade	Regulação estatal + princípios éticos
Finlândia	Proativo com controle	Yle	Automação e diversidade	Human-in-the-loop (o jornalista valida e supervisiona) + valores democráticos
Reino Unido	Alta maturidade	BBC	Recomendação de conteúdos com explicações	Código interno + <i>accountability</i> (BBC Machine Learning Engine)

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Porlezza, Pranteddu e Mazzoni (2022).

2.2 IA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA VISÃO DO BRASIL A PARTIR DA EBC

No contexto das empresas públicas de comunicação, como a EBC, a resistência à inovação tende a estar associada à cultura organizacional, marcada pela estabilidade funcional e pela preservação das rotinas profissionais (Almeida; Matos, 2022). Longe de traduzir uma rejeição à modernização, essas resistências exprimem, em grande medida, preocupações com a integridade editorial, a qualidade da informação e a autonomia da mediação jornalística. O que se observa é um tensionamento permanente entre inovação e identidade institucional (Pieranti, 2018, 2024). Nessa perspectiva, tais resistências podem ser interpretadas como verdadeiras "barreiras protetoras", funcionando como filtros críticos capazes de evitar a adoção acrítica de soluções automatizadas em contextos orientados pelo interesse público (Rossetti, 2013).

Apesar disso, o debate institucional sobre a inteligência artificial na comunicação pública brasileira permanece pouco estruturado. O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028 (Brasil, 2024) estabelece diretrizes gerais para a modernização dos serviços públicos, mas não contempla as especificidades da radiodifusão pública nem os desafios sociotécnicos inerentes à produção jornalística. Estudos recentes reconhecem potenciais ganhos associados ao uso da IA na comunicação pública, ao mesmo tempo que apontam fragilidades persistentes, como a ausência de capacitação sistemática e de marcos institucionais claros (Oliveira, 2025).

É nesse cenário que o presente artigo analisa a forma como a EBC tem reagido à incorporação da IA evidenciando, a partir do inquérito com jornalistas, um uso ainda incipiente e pouco institucionalizado, marcado por tensões decorrentes da falta de diretrizes formais e de protocolos

específicos para usos jornalísticos apoiados por IA. Essa lacuna normativa reforça a urgência de políticas específicas para o setor. A matriz proposta por Matos e Nobre (2024), assente nos eixos da participação na propriedade, na gestão e nos benefícios informacionais, constitui um referencial analítico pertinente para avaliar criticamente a integração da IA na comunicação pública brasileira.

A EBC encontra-se, assim, num momento de inflexão. Por um lado, é instada a modernizar as suas práticas e a expandir o seu alcance social através da incorporação da IA. Por outro, enfrenta limitações relacionadas com a inexistência de diretrizes institucionais consistentes, com a insuficiência de infraestruturas técnicas e com uma cultura organizacional ainda pouco orientada para a inovação responsável. A superação desse impasse passa pela formulação de políticas de governação algorítmica que articulem tecnologia, regulação e ética profissional.

A observação das experiências internacionais e a adoção de referenciais normativos contextualizados sugerem que a resposta não reside na adoção apressada da tecnologia, mas na construção de uma governação crítica e ética da inteligência artificial, compatível com os valores e os objetivos da comunicação pública. Ao avançar nesse sentido, a EBC pode afirmar-se como espaço de referência na formulação de um modelo brasileiro de inovação pública responsável, capaz de articular eficiência tecnológica, transparência institucional e compromisso cívico.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem exploratória e descritiva, de natureza mista, articulando técnicas qualitativas e quantitativas para analisar as percepções de jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) acerca da incorporação da inteligência artificial no jornalismo público. A opção por um desenho exploratório justifica-se pelo caráter ainda incipiente do tema no contexto de comunicação pública brasileira, cuja especificidade institucional exige abordagens situadas e sensíveis às dinâmicas culturais e organizacionais.

A investigação inspira-se na linha metodológica adotada por Canavilhas (2023) e por Canavilhas e Giacomelli (2023), com os devidos ajustes ao contexto da radiodifusão pública brasileira. O recurso ao inquérito por questionário revelou-se adequado para identificar percepções, resistências e oportunidades associadas ao uso da inteligência artificial numa redação de jornalismo público, estando o instrumento fundamentado tanto em estudos recentes sobre IA no jornalismo (Lokot; Diakopoulos, 2016; Beckett; Yaseen, 2023) como em contributos sobre inovação no setor público (Ferreira; Diniz, 2021). Essa adaptação metodológica assegurou coerência teórica e favoreceu a comparabilidade com investigações internacionais.

O estudo foi delineado como um estudo de caso, tendo a EBC como unidade empírica. De acordo com Yin (2015), esse tipo de desenho é particularmente indicado quando os limites entre fenómeno e contexto não se apresentam claramente definidos, exigindo uma análise aprofundada das dinâmicas institucionais envolvidas. A escolha da EBC decorre da sua centralidade enquanto operadora da radiodifusão pública federal, com atuação em âmbito nacional e responsabilidade sobre veículos como a TV Brasil, a Rádio Nacional, a Rádio MEC e a Agência Brasil, o que lhe confere relevância estratégica para compreender os desafios da introdução da IA em instituições orientadas pelo interesse público.

O caráter exploratório da investigação privilegia a compreensão de fenómenos emergentes ainda insuficientemente teorizados. As perguntas de investigação assumem, assim, um papel orientador do percurso empírico, permitindo maior abertura interpretativa e sensibilidade às especificidades do contexto analisado.

O inquérito por questionário foi aplicado nas três praças onde a EBC mantém redações jornalísticas: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Foi obtida aprovação institucional da Diretoria da Presidência (PRESI) e da Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas (DIAFI). Esse procedimento assegurou o cumprimento de princípios éticos fundamentais, garantindo transparência e legi-

timidade à recolha dos dados.

O questionário foi distribuído em formato *online* e estruturado em blocos temáticos que contemplaram o perfil dos respondentes, perante a sua função, anos de atividade na empresa e as expectativas quanto aos seus impactos no jornalismo e as percepções relativas a riscos, resistências e oportunidades.

O inquérito decorreu entre novembro e dezembro de 2024, reunindo respostas de 31 jornalistas da EBC, distribuídos entre televisão, rádio, agência e portal de notícias. A amostragem foi não probabilística e baseada na adesão voluntária. Não foram definidos critérios prévios relacionados com literacia tecnológica, formação específica em IA ou experiência direta com essas ferramentas nas rotinas produtivas. Por isso, esse extrato não deve ser tratado como variável explicativa. Mesmo que esses resultados não permitam inferências estatísticas generalizáveis, a composição da amostra revelou-se adequada para identificar percepções, práticas e resistências simbólicas associadas à adoção da inteligência artificial no contexto em análise.

As respostas fechadas foram tratadas por meio de estatística descritiva, recorrendo a médias, frequências e percentuais. As respostas abertas foram submetidas a uma análise temática, seguindo o procedimento proposto por Braun e Clarke (2006), desenvolvido em três momentos: leitura exploratória e codificação inicial; identificação de padrões e agrupamentos semânticos; e categorização final, construída por consenso entre os investigadores. Esse processo seguiu o princípio da validação intersubjetiva, contribuindo para a coerência e a fiabilidade das interpretações (Gibbs, 2007).

A triangulação entre os dados quantitativos e qualitativos reforçou a consistência analítica do estudo e permitiu articular percepções individuais com tendências mais amplas observadas no conjunto das respostas, revelando-se particularmente adequada para captar padrões gerais e significados simbólicos atribuídos à inteligência artificial no âmbito do jornalismo público.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Todos os profissionais que responderam ao inquérito possuem, no mínimo, cinco anos de experiência na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o que lhes confere um conhecimento empírico consistente para avaliar os impactos da incorporação tecnológica nas rotinas jornalísticas. Esse dado é relevante, pois permite interpretar os resultados não como percepções superficiais, mas como leituras ancoradas na vivência quotidiana desta que é a maior redação de jornalismo público do Brasil e, também, na memória institucional da empresa.

Os dados evidenciam uma reduzida institucionalização do debate sobre inteligência artificial no interior da EBC. Apenas uma pequena parcela dos jornalistas refere ter participado em discussões internas sobre o tema, sobretudo em momentos pontuais, como as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2024-2026, quando emergiram preocupações relacionadas com a eventual substituição de atividades humanas por sistemas automatizados. Ainda assim, essas discussões não se materializaram em políticas formais, protocolos editoriais ou orientações institucionais claras.

Esse cenário revela uma ambivalência estrutural. Por um lado, os profissionais demonstram interesse e curiosidade relativamente às potencialidades da tecnologia; por outro, manifestam resistências simbólicas fortemente enraizadas na cultura organizacional da EBC. Tal ambiguidade sugere que as tensões associadas à adoção da IA não decorrem apenas da novidade tecnológica, mas sobretudo da ausência de diretrizes capazes de enquadrar o seu uso à luz dos princípios normativos da comunicação pública.

A inexistência de normas internas sobre a utilização da inteligência artificial é reconhecida de forma unânime pelos inquiridos. Esse vazio regulatório fragiliza a capacidade da empresa de integrar a tecnologia de modo coordenado, favorecendo iniciativas isoladas e dependentes da iniciativa individual. Na prática, tal situação contribui para a disseminação de percepções de

incerteza, desconfiança e insegurança profissional, dificultando a consolidação de uma cultura de inovação sustentada.

A comparação com as experiências internacionais referenciadas permite qualificar esta leitura, pois uma governação da IA nos serviços públicos de mídia envolve a tradução de valores públicos, como transparência, diversidade, confiança e responsabilização, em procedimentos concretos de uso (Porlezza; Pranteddu; Mazzoni, 2022). Essa lógica aparece, com variações, na SRG SSR, na BBC e na Yle, seja pela ênfase no controlo humano dos resultados, na explicação do uso de dados, na curadoria editorial ou na revisão contínua dos sistemas. Os dados da EBC dialogam diretamente com esses eixos: 71% dos jornalistas apontam a dificuldade de verificar a veracidade das informações, 67,7% referem a ausência de contato com as fontes e a falta de transparência nos processos automatizados, e 64,5% indicam risco de viés algorítmico e utilização incorreta de dados. A lacuna identificada, portanto, não está na ausência de revisão editorial humana, já presente nas rotinas da empresa, mas na falta de uma regra exclusiva para IA, capaz de transformar

esses receios em protocolos, responsabilidades e critérios públicos de transparência.

Essa ausência de governação específica para IA não se traduz, contudo, numa recusa da tecnologia. Os dados mostram uma disposição favorável ao seu uso instrumental: 64,5% dos respondentes atribuem percepção elevada ao contributo potencial da IA para o trabalho jornalístico e 32,3% situam essa contribuição num patamar intermédio. Essa abertura aparece acompanhada de cautela e concentra-se em tarefas de apoio, como tradução automática, organização de dados, identificação de tendências informativas e elaboração de resumos. O ponto sensível, portanto, não é a aceitação da IA como recurso auxiliar, mas a definição das condições institucionais em que essa utilização pode ocorrer sem fragilizar a responsabilidade editorial. É importante destacar que os respondentes não foram convidados a nomear que ferramentas utilizam ou já utilizaram, motivo pelo qual os dados apontam antes para categorias gerais de uso e expectativas de aplicação, o que reforça o caráter exploratório desta investigação.

Tabela 1 – Avaliação do contributo potencial da IA para o trabalho jornalístico, segundo jornalistas da EBC

Categoria	Intervalo	n=	%
Baixa Percepção	0-3	1	3,2%
Média Percepção	4-6	10	32,3%
Percepção Elevada	7-10	20	64,5%
Total	-	31	100%

Fonte: Elaboração dos autores, a partir do inquérito.

Do ponto de vista analítico, observa-se uma distinção implícita entre diferentes tipos de inteligência artificial. Embora muitos profissionais não utilizem uma terminologia técnica precisa, a IA tradicional é geralmente associada a processos de automação e apoio à gestão da informação, sendo percepcionada como funcional e relativamente segura. A inteligência artificial generativa, por sua vez, surge com menor frequência nas respostas e quase sempre acompanhada de

reservas de natureza ética. Esta é associada à produção autónoma de conteúdos e encarada como potencial ameaça à autoria, à responsabilidade editorial e ao controlo humano sobre a mediação informativa. Essa leitura converge com a perspectiva de que a IA deve assumir um papel complementar, e não substitutivo, preservando a centralidade do julgamento jornalístico.

Os receios manifestados pelos profissionais não se traduzem, de forma dominante, no medo

da substituição laboral. Pelo contrário, as preocupações incidem sobretudo na dificuldade de verificar a veracidade das informações produzidas de forma automatizada, a perda de contato direto com as fontes, a opacidade dos processos algorítmicos e o risco de enviesamento informa-

tivo. Esses elementos reforçam a ideia de que a resistência observada está menos relacionada com a tecnologia em si e mais com a ausência de mecanismos institucionais de *accountability*, rastreabilidade e supervisão ética.

Tabela 2 – Na sua opinião, quais os maiores problemas decorrentes da utilização de bots de IA na produção de notícias?

Problema identificado	n=	%
Dificuldade em verificar a veracidade das informações	22	71,0
Ausência de contato com as fontes	21	67,7
Falta de transparência nos processos automatizados	21	67,7
Risco de viés nos algoritmos	20	64,5
Utilização incorreta de dados	20	64,5
Problemas éticos	18	58,1
Baixa qualidade do texto produzido	16	51,6
Limitação na criatividade e originalidade	16	51,6
Supressão de empregos	14	45,2
Dependência excessiva da IA	10	32,3

Fonte: Elaboração dos autores, a partir do inquérito.

A associação entre jornalismo público e responsabilidade social emerge de forma clara nas respostas. Os jornalistas reconhecem que a EBC, enquanto serviço público, está sujeita a um escrutínio acrescido e a compromissos normativos que exigem cautela na adoção de tecnologias emergentes. Nesse sentido, a manutenção do controle humano sobre as decisões editoriais é entendida como condição indispensável para preservar a credibilidade e a função social do jornalismo. A comparação mostra que os receios manifestados pelos jornalistas da EBC não são periféricos, mas coincidem com os pontos que os modelos internacionais procuram regular: transparência no uso da IA, supervisão editorial, responsabilização por erros, controle de enviesamentos e definição dos limites entre apoio técnico e decisão jornalística.

Para além das dimensões culturais e simbólicas, os profissionais identificam barreiras estruturais que dificultam a integração efetiva da inteligência artificial nas redações. A ausência de diretrizes institucionais e a falta de formação específica surgem como os principais entraves,

seguidos por limitações financeiras e pela percepção de escassa prioridade política atribuída ao tema. Esses fatores indicam que a resistência observada não deve ser interpretada como conservadorismo, mas como resposta a um ambiente organizacional que ainda não incorporou a inovação como prática contínua e orientada por valores públicos.

Ainda assim, os dados revelam uma expectativa positiva em relação ao futuro. Os jornalistas tendem a projetar a transformação do jornalismo a partir do desenvolvimento de ferramentas de análise de dados, da automatização de transcrições, da personalização da distribuição de conteúdos e da melhoria dos sistemas de pesquisa multimídia. Essas projeções reforçam uma visão pragmática da tecnologia, orientada para o reforço da eficiência e da qualidade do trabalho jornalístico, e não para a substituição dos jornalistas.

Os resultados permitem responder de forma consistente às questões de investigação. As resistências identificadas não configuram uma rejeição à inteligência artificial, mas refletem a

ausência de políticas institucionais, de formação adequada e de mecanismos de governação capazes de assegurar um uso ético, transparente e supervisionado da tecnologia. A IA é reconhecida sobretudo enquanto instrumento de apoio às rotinas produtivas, especialmente em tarefas

operacionais. As implicações culturais e institucionais apontam para a necessidade de desenvolver uma governação tecnológica própria da comunicação pública, capaz de articular inovação, responsabilidade democrática e compromisso com o interesse coletivo.

Tabela 3 – No futuro, de que forma pensa que a inteligência artificial vai mudar o jornalismo?

Processo	N=	%
Na criação de novas ferramentas para seleção e análise de dados	24	77,4
Na distribuição de conteúdos mais personalizados	22	71
Na transcrição automatizada	22	71
Na melhoria dos sistemas de pesquisa de imagens e vídeos	21	67,7
Na identificação de notícias falsas	16	51,6
Na automatização da produção jornalística	14	45,2
Na descoberta de novas histórias a partir dos dados	13	41,9
Na moderação de comentários	13	41,9
Na análise de sentimentos dos conteúdos produzidos pelos utilizadores	8	25,8

Fonte: Elaboração dos autores, a partir do inquérito.

A incorporação da inteligência artificial na EBC revela-se, assim, incipiente, mas já em curso. Mais do que uma ameaça, a tecnologia é entendida como uma oportunidade para reorganizar processos, otimizar recursos e ampliar a capacidade de resposta do jornalismo público. Esse potencial, contudo, depende da formulação de diretrizes claras, do investimento em formação contínua e da preservação da autonomia editorial. É nesse equilíbrio entre inovação e responsabilidade que a inteligência artificial pode contribuir para uma renovação crítica e situada do jornalismo público brasileiro.

Esse debate pode ganhar novos contornos após a recolha dos dados analisados neste artigo. Em maio de 2026, a EBC aprovou a sua Política de Inovação e criou o Núcleo de Inovação Tecnológica, vinculado à Diretoria Geral. Como o texto integral da política ainda não se encontra publicamente disponível, essa informação é mobilizada apenas como sinal de reorganização institucional recente, sem constituir objeto de análise empírica neste estudo.

5 CONCLUSÕES

As conclusões deste estudo permitem afirmar que as resistências manifestadas pelos jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação face à inteligência artificial não se inscrevem numa lógica de rejeição da inovação, mas num exercício de vigilância ética sobre os efeitos da tecnologia na prática jornalística e na missão pública da comunicação. O que está em causa não é a recusa do novo, mas a exigência de coerência entre a incorporação tecnológica e os princípios que sustentam o jornalismo de serviço público, como a transparência, a responsabilidade editorial e a autonomia profissional.

A análise evidencia que os receios associados à inteligência artificial dizem menos respeito à tecnologia em si e mais às condições institucionais em que a sua adoção ocorre. A dificuldade de verificação das informações automatizadas, a opacidade dos processos algorítmicos e o enfraquecimento da relação com as fontes emergem como limites claros à aceitação plena da tecnologia. Essas preocupações não configuram uma postura defensiva, mas exprimem uma ética

profissional que reivindica o controle humano como elemento estruturante da credibilidade jornalística e da confiança pública.

Em paralelo, os resultados mostram abertura para o uso pragmático da inteligência artificial em tarefas operacionais, sobretudo quando estas contribuem para reorganizar o tempo de trabalho e reforçar a dimensão analítica do jornalismo. A tecnologia é entendida como instrumento de apoio às rotinas produtivas, desde que não substitua a mediação crítica nem dilua a responsabilidade editorial. Essa posição reafirma a centralidade do jornalista enquanto agente interpretativo e garante simbólico do interesse público da informação.

O principal obstáculo à integração responsável da inteligência artificial na EBC revela-se, assim, de natureza institucional. A ausência de políticas internas, de programas sistemáticos de formação e de uma infraestrutura orientada para a inovação traduz um modelo de governação ainda insuficiente para lidar com tecnologias emergentes. Nesse contexto, a experimentação tende a ocorrer de forma fragmentada, dependente de iniciativas individuais e sem enquadramento normativo claro, o que limita a consolidação de práticas consistentes e partilhadas.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para a compreensão das resistências simbólicas no jornalismo público, evidenciando que estas podem operar como mecanismos de regulação ética face a processos de automatização crescentes. A distinção implícita estabelecida pelos jornalistas entre automação funcional e aplicações generativas sugere a necessidade de aprofundar, em investigações futuras, as fronteiras entre eficiência tecnológica e autoria, inovação e responsabilidade democrática, sobretudo em contextos institucionais orientados pelo interesse coletivo.

No plano prático, os resultados apontam para a necessidade de repensar a governança tecnológica das empresas públicas de comunicação a partir de três dimensões indissociáveis: formação contínua, regulação institucional e cultura organizacional. A formação deve articular competências

técnicas e reflexão ética; a regulação deve assegurar transparência, rastreabilidade e supervisão editorial; e a cultura organizacional deve integrar a inovação como processo estruturante, e não como resposta pontual a pressões externas.

A experiência da EBC constitui, nesse sentido, um caso ilustrativo das tensões que atravessam o jornalismo público contemporâneo. A inteligência artificial representa uma oportunidade concreta para reforçar a eficiência, a capilaridade e a relevância social da comunicação pública, mas a sua implementação exige um projeto institucional claro, ancorado em valores democráticos e acompanhado de investimento material e simbólico. Sem esse enquadramento, a tecnologia corre o risco de acentuar fragilidades organizacionais em vez de as superar.

Recomenda-se, por isso, que a EBC avance na construção de um programa interno de inovação responsável em inteligência artificial, com diretrizes explícitas sobre usos aceitáveis, mecanismos de supervisão editorial e espaços permanentes de formação e debate. A articulação com políticas públicas mais amplas e com universidades e centros de investigação pode favorecer a criação de um ecossistema de experimentação ética e situada, capaz de reduzir resistências e fortalecer a identidade do jornalismo público. A viabilidade dessa agenda, contudo, depende de condições materiais, estabilidade institucional e compromisso político com a autonomia editorial da comunicação pública.

Reconhece-se, como limitação do estudo, a dimensão reduzida da amostra e o carácter transversal da análise, que não permitiram acompanhar a evolução das percepções ao longo do tempo. A esses limites soma-se o fato de o questionário não ter recolhido os nomes das ferramentas de IA utilizadas ou testadas pelos respondentes, nem ter selecionado previamente os participantes segundo níveis de literacia tecnológica ou experiência prática com essas aplicações. Ainda assim, os resultados oferecem contributos relevantes para compreender os desafios atuais da transformação digital no jornalismo público e fornecem bases empíricas

consistentes para o desenvolvimento de políticas tecnológicas mais robustas.

Em termos prospectivos, investigações futuras poderão beneficiar de estudos comparativos entre diferentes serviços públicos de mídia, articulando inquéritos, análise documental e observação de práticas organizacionais formais, permitindo identificar modelos de governação, padrões de resistência e formas diversas de integração da inteligência artificial em contextos orientados pelo interesse público. Ao fazê-lo, será possível aprofundar o debate sobre o papel da inovação tecnológica na renovação democrática da comunicação pública.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R.; MATOS, F. Cultura organizacional e transformação digital no setor público: desafios e estratégias. *Cadernos EBAPE.BR*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 235–252, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120210092>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- BARCELÓ-UGARTE, T.; PÉREZ-TORNERO, J. M.; VILA-FUMÁS, P. Ethical challenges in incorporating artificial intelligence into newsrooms. In: LUENGO, M.; HERREIRA-DAMAS, S. (org.). *News media innovation reconsidered: ethics and values in a creative reconstruction of journalism*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2021. p. 138–137.
- BECKETT, C. *New powers, new responsibilities: a global survey of journalism and artificial intelligence*. London: London School of Economics and Political Science, 2019. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/polis/2019/11/18/new-powers-new-responsibilities>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- BECKETT, C.; YASEEN, M. *Generating change: a global survey of what news organisations are doing with AI*. London: LSE, 2023.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *IA para o bem de todos: Proposta de Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024–2028*. Brasília, DF: MCTI, 2024.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>. Acesso em: 16 jun. 2026.
- BROUSSARD, M.; DIAKOPOULOS, N.; GUZMAN, A. L.; ABEDE, R.; DUPAGNE, M.; CHUAN, C. H. Artificial intelligence and journalism. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, [s. l.], v. 96, n. 3, p. 673–695, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077699019859901>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- BUARQUE, D.; MIRAGLIA, P. *Jornalismos e inteligência artificial: impacto para publishers brasileiros*. São Paulo: Momentum - Journalism and Tech Task Force, 2024.
- CANAVILHAS, J. Produção automática de texto jornalístico com IA: contributo para uma história. *Textual & Visual Media*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 22–40, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56418/txt.17.1.2023.2>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- CANAVILHAS, J. Tecnologia do desassossego: o jornalismo humano deve sentir-se ameaçado pela inteligência artificial? *Comunicação e Sociedade*, [s. l.], v. 47, e025006, 2025. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.47\(2025\).6100](https://doi.org/10.17231/comsoc.47(2025).6100). Acesso em: 10 jun. 2026.
- CANAVILHAS, J.; BIOLCHI, B. Inteligência artificial e transparência no jornalismo. *Revista Mídia e Cotidiano*, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 43–64, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rmc.v18i2.62654>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- CANAVILHAS, J.; GIACOMELLI, F. Inteligencia artificial en el periodismo deportivo: estudio en Brasil y Portugal. *Revista de Comunicación*, [s. l.], v. 22, n. 1, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26441/rc22.1-2023-3005>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C.; GIACOMELLI, F.; BIOLCHI, B. (org.). *Plataformização e inteligência artificial no jornalismo: práticas e reconfigurações*. Covilhã: LabCom, 2026. Disponível em: https://labcom.ubi.pt/wp-content/uploads/2026/03/2026_PlataformizacaoElInteligenciaArtificialNoJornalismo.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.
- COOLS, H.; DIAKOPOULOS, N. Uses of generative AI in the newsroom: mapping journalists' perceptions of perils and possibilities. *Journalism Practice*, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 878–896, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2024.2394558>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- DIAKOPOULOS, N.; COOLS, H.; LI, C.; HELBERGER, N.; KUNG, E.; RINEHART, A. *Generative AI in journalism: the evolution of newswork and ethics in a generative information ecosystem*. [S. l.: s. n.], 2024.
- DÖRR, K. N. Mapping the field of Algorithmic Journalism. *Digital Journalism*, v. 4, n. 6, p. 700–722, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1096748>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- FERREIRA, J. P.; DINIZ, E. H. Inovação no setor público: perspectivas sobre adoção e difusão de tecnologias digitais. *Revista de Administração Pública*, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 29–50, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200361>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- FIEIRAS-CEIDE, C.; VAZ-ÁLVAREZ, M.; TÚÑEZ-LÓPEZ, M. Artificial intelligence strategies in European public broadcasters. *Profesional de la Información*, [s. l.], v. 31, n. 5, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2022.sep.18>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- GALILY, Y. Artificial intelligence and sports journalism. *Technology in Society*, [s. l.], v. 54, p. 47–51, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2018.03.001>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- GIBBS, G. R. *Analyzing qualitative data*. London: Sage, 2007.

GUTIÉRREZ-CANEDA, B.; LINDÉN, C.; VÁZQUEZ-HERRERO, J. Ethics and journalistic challenges in the age of artificial intelligence. *Frontiers in Communication*, [s. l.], v. 9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2024.1465178>. Acesso em: 10 jun. 2026.

IOSCOTE, F.; GONÇALVES, A.; QUADROS, C. Artificial intelligence in journalism: a ten-year retrospective. *Journalism and Media*, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 873–891, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/journalmedia5030056>. Acesso em: 10 jun. 2026.

JONES, B.; JONES, R. Public service chatbots. *Digital Journalism*, [s. l.], v. 7, n. 8, p. 1021–1039, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1609371>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LATAR, N. L. *Robot journalism: can human journalism survive?* Singapore: World Scientific, 2018.

LIEDTKE, P.; CURTINOVI, J. Comunicação pública no Brasil. *Comunicação Pública*, [s. l.], v. 11, n. 20, p. 1–12, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cp.1171>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LOKOT, T.; DIAKOPOULOS, N. News bots. *Digital Journalism*, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 682–699, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1081822>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MALAR, J. P.; SAAD, E. IA generativa na BBC. *Comunicação Pública*, [s. l.], v. 20, n. 39, p. 1–21, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34629/cpublica.917>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MASSUCHIN, M.; DUARTE, J. Caminhos da comunicação pública. *Organicom*, [s. l.], v. 21, n. 45, p. 13–17, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.230297>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MATTELART, A. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MATOS, H.; NOBRE, G. Comunicação pública e inteligência artificial generativa: promovendo a participação acionária, de gestão e de benefícios. In: LEMOS, C.; LUCENA, A. P.; BARROS, A.; AIRES, J.; DUARTE, J.; QUEIROZ, N. (org.). *Comunicação pública, cidadania e informação*. São Paulo: Tikibooks; ABCPública, 2024. p. 528–538.

MATTOS, M. A. Apresentação. In: MATOS, H. H.; MATTOS, M. A.; NOBRE, G. F. (org.). *Inteligência artificial e comunicação pública*. São Paulo: ECA-USP, 2025. p. 1–6.

MØLLER, L. A.; SKOVGAARD, M.; DE VREESE, C. Reinforce, readjust, reclaim. *Journalism*, [s. l.], v. 26, n. 7, p. 1373–1390, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14648849241269300>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MONTEIRO, G. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, J. (org.). *Comunicação pública*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 34–46.

MORETTI, L. Horizontes possíveis para interações comunicativas com agentes inteligentes artificiais. In: MATOS, H. H.; MATTOS, M. A.; NOBRE, G. F. (org.). *Inteligência artificial e comunicação pública*. São Paulo: ECA-USP, 2025. p. 61–74.

NEWMAN, N. et al. *Reuters Institute Digital News Report 2023*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2023. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>. Acesso em: 10 jun. 2026.

OLIVEIRA, M. J. C. Cidadania e democracia na era da inteligência artificial: oportunidades e dilemas. In: NOBRE, H. H. M.; MATTOS, M. A.; NOBRE, G. F. (org.). *Inteligência artificial e comunicação pública: abordagens transversais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2025. p. 59–66.

ORTH, T.; SOARES, J. D. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio. *Revista Katálysis*, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 439–448, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p439>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação pública e direito à comunicação. *Revista Fronteiras*, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 103–116, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.03>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PIERANTI, O. *A radiodifusão pública resiste*. Brasília: FAC-UnB, 2018.

PIERANTI, O. Quase sessenta anos em um? *Revista EPTIC*, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 8–22, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54786/revistaeptic.v26i3.21574>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PORLEZZA, C.; PRANTEDDU, L.; MAZZONI, P. *The governance of artificial intelligence in public service media*. Bern: OFCOM, 2022.

ROJAS-TORRIJOS, J. L. La automatización en las coberturas deportivas. *Revista Latina de Comunicación Social*, [s. l.], n. 74, p. 1729–1747, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4185/RLCS-2019-1407>. Acesso em: 10 jun. 2026.

ROSSETTI, R. Categorias de inovação para os estudos em comunicação. *Comunicação & Inovação*, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 63–72, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/ci.vol14n27.2262>. Acesso em: 10 jun. 2026.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. *Inteligência artificial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTAELLA, L.; KAUFMAN, D. A inteligência artificial generativa como quarta ferida narcísica do humano. *MATRIZES*, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 37–53, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p37-53>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SANTOS, M. F. L.; CERON, W. Artificial intelligence in news media: current perceptions and future outlook. *Journalism and Media*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 13–26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/journalmedia3010002>. Acesso em: 10 jun. 2026.

TSAMADOS, A.; AGGARWAL, N.; COWLS, J.; MORLEY, J.; ROBERTS, H.; TADDEO, M.; FLORIDI, L. The ethics of algorithms: key problems and solutions. *AI & Society*, [s. l.], v. 37, p. 215–230, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00146-021-01154-8>. Acesso em: 10 jun. 2026.

TÚÑEZ-LÓPEZ, M.; TOURÁL-BRAN, C.; VALDIVIEZO-ABAD, C. Automatización, bots y algoritmos en la redacción de noticias. *Revista Latina de Comunicación Social*, [s. l.], v. 74, p. 1411-1433, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4185/RLCS-2019-1391>. Acesso em: 10 jun. 2026.

VICENTE, P. N.; FLORES, A. M. Inteligência artificial e jornalismo: temas emergentes (2015-2020). In: CORREIA, J. C.; AMARAL, I. (org.). *De que falamos quando dizemos jornalismo?* Temas emergentes de pesquisa. Covilhã: LabCom, 2021. p. 75-94.

VICENTE, P. N.; SOTERO, J. M.; FLORES, A. M. M. *Jornalistas e inteligência artificial: percepções, práticas, desafios e oportunidades*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14609011>. Acesso em: 10 jun. 2026.

WEBER, M. H. Na comunicação pública, a captura do voto. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 21-42, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/12464>. Acesso em: 10 jun. 2026.

WEBER, M. H.; LOCATELLI, C. Realidade e limites da pesquisa empírica em comunicação pública. *Matrizes*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 141-159, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p141-159>. Acesso em: 10 jun. 2026.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Fábio Giacomelli

Professor auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Doutor em Ciências da Comunicação. Pesquisador Integrado ao LabCom, da Universidade da Beira Interior e colaborador do CHAM-Açores.

Bárbara Biolchi

Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior (UBI), com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Investigadora no LabCom e no Observatório de Inteligência Artificial no Jornalismo (OBIAJOR).

Endereço para correspondência

Fábio Giacomelli

Universidade dos Açores
Rua da Mãe de Deus, Gabinete D. 169
Ponta Delgada, 9500-321
Ilha de São Miguel, Açores, Portugal

Bárbara Biolchi

Universidade da Beira Interior
Rua Marques de Avila e Bolama
6200-001
Covilhã, Portugal

Como citar este artigo

Giacomelli, F., & Biolchi, B. Inteligência artificial e jornalismo público no Brasil: governação e inovação na EBC. *Revista FAMECOS*, e49382. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2026.149382>

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.